



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUL-RIO-GRANDENSE  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA – IFSUL / AEFASUL CANGUÇU**

**CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA  
Forma Integrada  
Regime Anual em Alternância**

Início: 2016/1

## Sumário

<b>1 - DENOMINAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 - VIGÊNCIA... ..</b>	<b>4</b>
<b>3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS .....</b>	<b>4</b>
3.1 - Apresentação.....	4
3.2- Justificativa.....	9
3.3 - Objetivos.....	15
3.3.1 - Objetivo geral.....	15
3.3.2 - Objetivos específicos .....	15
<b>4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO .....</b>	<b>16</b>
<b>5 - REGIME DE MATRÍCULA .....</b>	<b>17</b>
<b>6 - DURAÇÃO... ..</b>	<b>17</b>
<b>7 - TÍTULO..... ..</b>	<b>17</b>
<b>8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
8.1 - Perfil profissional.....	17
8.1.1 - Competências profissionais.....	18
8.2 - Campo de atuação.....	18
<b>9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....</b>	<b>19</b>
9.1 - Princípios metodológicos .....	19
9.2 - Prática profissional. ....	24
9.2.1 - Estágio profissional supervisionado .....	25
9.2.2 - Estágio não obrigatório .....	26
9.3 - Atividades Complementares .....	26
9.4 - Trabalho de Conclusão de Curso .....	26
9.5 - Matriz curricular.....	27
9.6 - Matriz de disciplinas eletivas.....	27
9.7 - Matriz de disciplinas optativas .....	27
9.8 - Matriz de pré-requisitos .....	27
9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes .....	27
9.10 - Matriz de componentes curriculares à distância .....	27
9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia .....	27
9.12 - Flexibilidade curricular .....	27
9.13 - Política de formação integral do estudante .....	28
9.14 - Políticas de apoio ao estudante .....	29

9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão .....	30
9.16 - Política de inclusão e acessibilidade do estudante .....	30
<b>10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES .....</b>	<b>32</b>
<b>11 - PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....</b>	<b>33</b>
11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes .....	33
11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso .....	34
<b>12 - FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>13 - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>36</b>
13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica .....	36
13.2 - Pessoal técnico-administrativo .....	36
<b>14 - INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>37</b>
14.1 - Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e estudantes .....	37
14.2 - Infraestrutura de Acessibilidade .....	42
14.3 - Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso .....	42

## **1 - DENOMINAÇÃO**

Curso Técnico em Agroecologia, Forma Integrada, Regime Anual em Alternância, Eixo Tecnológico: Recursos Naturais.

## **2 - VIGÊNCIA**

O Curso Técnico em Agroecologia, forma integrada, regime anual em alternância, vige desde 2016. A partir de modificações ocorridas na estrutura interna do curso e da necessidade de adequá-lo à sua vinculação ao Centro de Referência em Educação Profissional e Tecnológica do IFSul, foi feita a presente reformulação de seu PPC, o qual passará a vigir a partir do ano letivo de 2020.

Durante a sua vigência, este projeto deverá ser avaliado anualmente pela coordenação do curso e por representantes dos docentes, discentes e comunidade, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

## **3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

### **3.1 - Apresentação**

O Curso Técnico em Agroecologia, forma integrada, regime anual em alternância, resulta da parceria da AEFASUL – Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul – com o IF Sul-rio-grandense.

Está planejado para desenvolver-se a partir dos princípios da Pedagogia da Alternância, da Agroecologia e da Educação do Campo, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Eixo Tecnológico: Recursos Naturais.

Com relação à opção pela Pedagogia da Alternância, esta foi definida quando, no planejamento do Curso, foi feita a opção pelo modelo formativo adotado pelas Escolas Família Agrícola. Segundo Paolo Nosella<sup>1</sup>:

A denominação “Pedagogia da Alternância” se refere a uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola. Seus princípios básicos podem ser assim enunciados: 1. responsabilidade dos pais e da comunidade local pela educação de seus filhos; 2. articulação entre os conhecimentos adquiridos por meio do trabalho na propriedade rural e aqueles adquiridos na escola; 3. alternância das etapas de formação entre o espaço escolar definido pelas “Escolas Família

---

<sup>1</sup> NOSELLA, Paolo. **Educação no campo**: origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

Agrícola” e a vivência das relações sociais e de produção na comunidade rural” (NOSELLA, 2012, p. 30-31).

Para além da Pedagogia da Alternância, o Curso Técnico em Agroecologia em questão, tem proposta formativa alicerçada nos princípios da Agroecologia e da Educação do Campo, focada em sistemas de produção no espaço rural a partir dos quais os/as egressos/as estejam capacitados a:

- desenvolver ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos;
- atuar na conservação do solo e da água;
- auxiliar nas ações integradas de agricultura familiar, considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos;
- participar de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos, dentre outros objetivos.

No desenvolvimento dos conhecimentos abordados/construídos no Curso, é dada ênfase especial à Agroindústria Familiar Rural e ao trabalho cooperativo como forma de ampliar as possibilidades de renda nas Unidades de Produção Familiares - UPF's - e consolidar espaços de trabalho e de organização coletivos.

No desenvolvimento do processo formativo dos educandos, cada ano letivo é orientado por um Plano de Formação com objetivos gerais, tais como: “Eu, Minha Família e Minha Terra”, “A comunidade” e “Políticas Públicas e Movimentos Sociais”, composto por eixos temáticos semanais, com objetivos específicos ou subtemas.

A proposta do referido curso começou a se constituir a partir do debate acerca de alternativas de educação para a juventude do campo, especialmente, dentro do Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>, que congrega em torno de 100 organizações da Agricultura Familiar. Em suas proposições, o tema da Educação aparece como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável do território, apontando a necessidade de implantação da política de Educação do Campo e a construção de currículos adequados a sua realidade.

Nas discussões e análises promovidas no âmbito desse Fórum, sempre esteve clara a percepção de que a educação escolar tem estado voltada à realidade do meio urbano,

---

<sup>2</sup> O Fórum da Agricultura Familiar foi constituído em 1994 por movimentos sociais, cooperativas, associações, ONG's e órgãos governamentais e de pesquisa da região do extremo sul do Rio Grande do Sul, com o objetivo de propor e discutir ações para implementação de um modelo de desenvolvimento regional sustentável. Em 2003, o Fórum se constituiu como uma instância para definir as estratégias de implementação de políticas de desenvolvimento para essa região e, em 2005, começou a atuar como Colegiado de Desenvolvimento Territorial, constituindo-se em um núcleo dirigente e um núcleo técnico, conforme referência: CAPA. **Um novo olhar sobre o território Zona Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2013.

ficando a população do campo desprivilegiada de oportunidades e de propostas educativas que de fato atendam às suas necessidades, principalmente em relação à formação técnica.

Em 2013, vinculado ao debate a respeito da sucessão familiar na agricultura<sup>3</sup> e às políticas de incentivo à juventude rural, o Fórum da Agricultura Familiar propôs uma plenária cujo tema foi a importância da Educação do Campo, sendo também discutida a proposta pedagógica das Escolas Família Agrícola.

A partir desse debate, ainda em 2013, constituiu-se, neste Fórum, um Grupo de Trabalho sobre Educação do Campo, com o objetivo de construir possibilidades que atendessem às demandas identificadas entre seus componentes. Desse GT participaram diversas organizações: União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - UNAIC; Cooperativa União, EMBRAPA, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Sindicato Trabalhadores Rurais de Canguçu; EMATER; Prefeitura Municipal de Canguçu; Secretaria Municipal de Educação de Pelotas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSUL; Universidade Federal de Pelotas - UFPEL; Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG; incluindo-se, por óbvio, o próprio Fórum da Agricultura Familiar, especialmente através da Setorial das Mulheres, Setorial dos Pescadores, Setorial dos Quilombos.

Foi sendo consolidada, neste processo, a proposta de criação de uma escola ou centro de formação, que atentasse para a realidade regional da Agricultura Familiar e que contribuísse para o desenvolvimento de uma nova realidade no meio rural, com foco na valorização da agricultura familiar e camponesa<sup>4</sup> através de uma proposta de educação transformadora.

Em 2014, a Prefeitura Municipal de Canguçu, juntamente com mais alguns representantes do Fórum da Agricultura Familiar, apresentou uma proposta para organizar e

---

<sup>3</sup> *Sucessão familiar no campo* refere-se à transição da gestão da propriedade rural dos pais para os/as filhos/as. Este processo deveria acontecer de forma gradativa, com os pais compartilhando o poder de decisão com os/as filhos que irão dar continuidade à produção na propriedade. No entanto, nem sempre a sucessão acontece de forma positiva, o que leva ao chamado *envelhecimento do campo* (que se refere à faixa etária dos que nele permanecem), ao abandono de muitas propriedades e ao esvaziamento dos espaços rurais. Os fatores que levam os jovens a abandonarem o campo são, via de regra, a falta de perspectivas rentáveis à produção do campo, as dificuldades de diálogo intergeracional e a falta de ofertas de formação escolar qualificada e compatível com as possibilidades e demandas desses jovens.

<sup>4</sup> Utiliza-se ambos os termos por entender que a proposta aqui apresentada visa contemplar os povos do campo, tanto o agricultor familiar quanto o camponês. Os conceitos podem ser melhor compreendidos no Dicionário da Educação do Campo, conforme referência: CALDART, Roseli Salet (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

implementar em seu território o projeto regional da Escola Família Agrícola da Região Sul – EFASUL. A escolha de Canguçu como município sede para essa escola deu-se pela heterogeneidade de povos do campo presente nesse território, o qual caracteriza-se por ser predominantemente rural.

Tal proposta avançou com a criação da Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul – AEFASUL –, a qual se constituiu como uma associação civil, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem como objetivo promover formação às populações do campo, preferencialmente jovens, a partir dos princípios da Pedagogia da Alternância, da Agroecologia e da Educação do Campo, a qual vem sendo consolidada enquanto proposta regional, voltada ao Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

No que tange à opção pela proposta pedagógica desenvolvida pelas Escolas Família Agrícola – EFA's – esta veio ao encontro das demandas identificadas pelo Fórum da Agricultura Familiar, visto que são escolas comunitárias, que buscam oferecer uma educação voltada aos interesses da agricultura familiar e de processos de desenvolvimento local sustentável e solidário, através dos princípios da autonomia, da Agroecologia e da soberania alimentar. Resultam da associação de famílias, comunidades e instituições que têm como objetivo comum promover o desenvolvimento sustentável e solidário do campo a partir da formação dos jovens rurais. Tais escolas têm, como ponto de partida, a realidade das famílias rurais e das comunidades e a valorização do saber local, propondo uma formação escolar em que os jovens e suas famílias tenham a possibilidade de atuar como sujeitos legítimos do processo formativo através de uma educação contextualizada. O processo de ensino e de aprendizagem das Escolas Família Agrícola baseia-se em quatro pilares: associação local, Pedagogia da Alternância, formação integral e desenvolvimento do meio, os quais norteiam o processo formativo e seus objetivos. Há mais de mil EFA's implantadas em diversos países e, no Brasil, somam hoje mais de 150 unidades, quatro delas localizadas no estado Rio Grande do Sul<sup>5</sup>.

No decorrer do processo de elaboração de sua proposta educativa, a AEFASUL estabeleceu como prioridade a oferta de formação técnica de nível médio em Agroecologia. Naquele momento, o IFSUL, que já compunha a comissão de planejamento da AEFASUL como instituição parceira, assumiu a responsabilidade de participar da coordenação pedagógica e certificar o Curso Técnico em Agroecologia, forma integrada, a ser desenvolvido por essa Associação.

---

<sup>5</sup> Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), fundada no ano de 2009; Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (EFASSERRA), fundada em 2013; Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL), fundada em 2014 e a Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), fundada em 2014.

Isto porque o IFSUL busca, permanentemente, expandir seus espaços de atuação como difusor fundamental para o desenvolvimento econômico e social, bem como, para a melhoria da qualidade de vida das populações das regiões onde atua, proporcionando o aproveitamento das potencialidades locais. Desta forma, cumpre com a vocação dos Institutos Federais para a oferta de educação tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando profissionais em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade. Ao mesmo tempo, amplia a abrangência de sua atuação, visto que os Institutos Federais seguramente contribuem para um permanente processo de transformação econômica e cultural nos espaços onde atuam, também mediante parcerias firmadas com as comunidades nas quais se inserem, fomentando interações científicas, tecnológicas e intelectuais e a construção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos locais.

Ciente de sua função social, o IF Sul-rio-grandense compartilha dos princípios da Educação do Campo, Agroecologia e da Pedagogia da Alternância como possibilidade para o fortalecimento dos povos do campo e de uma formação humana integral.

A partir dessa compreensão foi desenvolvido, entre os anos de 2013 e 2014, o Curso Técnico em Agroecologia em parceria com o Centro de Educação Popular e Agroecologia (CEPPA), em Hulha Negra, referência para a construção do PPC do Curso aqui em questão. Com base nos mesmos princípios, desde 2015, o IFSul participou do grupo de entidades que construíram a proposta formativa da AEFASUL, como entidade difusora de formação diferenciada voltada às populações rurais.

É essa identidade de princípios e objetivos, que levou a AEFASUL e o IFSUL à parceria para o desenvolvimento do Curso Técnico em Agroecologia, cujo PPC é agora revisto.

Originalmente, o referido Curso teve seu projeto aprovado junto ao Conselho Superior do IFSUL, com financiamento via PRONERA - Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária. Tal recurso nunca foi repassado à instituição, o que levou à AEFASUL a comprometer-se com a manutenção do curso e com o aporte dos recursos necessários a sua realização, enquanto o IFSUL garantiu sua certificação, além do apoio e assistência nas questões didáticas, pedagógicas e institucionais.

Desta parceria resultaram duas turmas de cursos distintos: Curso Técnico em Agroecologia, forma integrada e Curso Técnico em Agroecologia, forma subsequente. Ambas concluídas em dezembro de 2019, totalizando 36 egressos/as, sendo 20 pela forma integrada (em curso com início em 2016) e 16 pela forma subsequente (em curso com início em 2018).

As referidas turmas foram constituídas por estudantes oriundos dos seguintes municípios: Canguçu, Cerrito, Pelotas, Herval, Hulha Negra, Piratini, Sentinela do Sul e Florianópolis/SC. Em 2020, inicia-se uma nova turma na forma integrada, com educandos/as oriundos dos municípios de Amaral Ferrador, Canguçu, Cristal, Eldorado do Sul, Herval, Hulha Negra, Pelotas e Piratini. A diversidade da origem dos estudantes, observada a cada turma,



indica o reconhecimento e a efetivação de uma proposta regional, que contempla, prioritariamente, o Território Zona Sul do RS.

Portanto, o Curso Técnico em Agroecologia em questão resulta da parceria entre IFSUL e AEFASUL a qual objetiva a oferta de formação técnica de nível médio, com o objetivo de contribuir para a formação de jovens rurais e suas famílias, a partir de uma escola comunitária pautada nos princípios já mencionados.

Através das experiências individuais e coletivas dos/as educandos/as e suas comunidades, associadas ao mundo do trabalho do campo, o Curso em questão busca proporcionar uma formação integral que auxilie o/a jovem a desenvolver o seu projeto profissional e de vida junto à sua família, enquanto sujeito histórico que contribui e constrói um processo de desenvolvimento local sustentável e solidário, visando à sucessão familiar no campo.

Justifica-se a revisão do PPC do Curso Técnico em Agroecologia, forma integrada, tendo em vista adequações necessárias a aspectos diversos de seu planejamento, prática importante que decorre da análise, reflexão e proposições delas decorrentes por parte dos educadores que vêm participando da proposta formativa do curso.

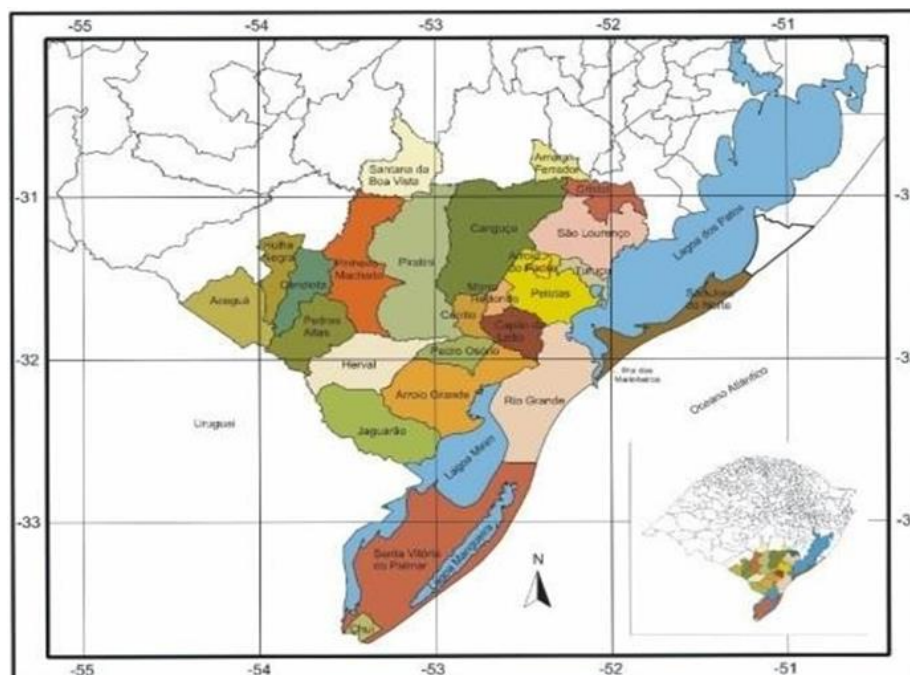
### **3.2 - Justificativa**

A AEFASUL se propõe a atender, prioritariamente, o Território Zona Sul, espaço onde se localizam as entidades que compõem o Fórum da Agricultura Familiar. De acordo com os dados do IBGE (2010)<sup>6</sup>, o Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é conformado por 864.343 habitantes, dos quais 151.738 (17,56%) compõem a população rural e 712.605 (82,44%) a população urbana. O território é composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chui, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu (Figura 1).

#### **Figura 1 - Mapa do Território Zonal Sul do Estado do RS**

---

<sup>6</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 ago 2020.



Fonte: PTDRS, 2009.<sup>7</sup>

Os espaços rurais desse território, além de suas especificidades geográficas (relevo, clima, hidrografia, dentre outras), possuem grande diversidade étnica, onde a presença da agricultura familiar e camponesa é expressiva e representada por descendentes de indígenas, negros, açorianos, alemães, italianos, franceses, entre outros. No Território Zona Sul do Estado/RS, região de abrangência da AEFASUL, existem 32.113 estabelecimentos da agricultura familiar, com 86.486 pessoas ocupadas (IBGE, 2017)<sup>8</sup>, 116 assentamentos da Reforma Agrária, com 3.595 famílias assentadas (INCRA, 2020)<sup>9</sup>, 49 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>10</sup>.

A Tabela 1 apresenta uma visão geral da população e situação do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem Território da Zonal Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

**Tabela 1** - População e IDH dos municípios que compõem o Território Zona Sul do RS

<sup>7</sup> PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.** – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. p.68. 2009.

<sup>8</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=destaques>> Acesso em: 11 ago 2020.

<sup>9</sup> INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Painel dos Assentamentos.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 11 ago 2020.

<sup>10</sup> FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Certificadas.** Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551)> Acesso em: 11 de ago 2020.

Municípios	População Total	Rural	Urbana	IDH
Aceguá	4.394	3.335	1.059	0,68
Amaral Ferrador	6.353	4.487	1.866	0,62
Arroio do Padre	2.730	2.276	454	0,66
Arroio Grande	18.470	2.385	16.085	0,65
Candiota	8.771	6.173	2.598	0,69
Canguçu	53.259	33.565	19.694	0,65
Capão do Leão	24.298	1.916	22.382	0,63
Cerrito	6.402	2.655	3.747	0,64
Chuí	5.917	220	5.697	0,70
Cristal	7.280	3.203	4.077	0,64
Herval	6.753	2.234	4.519	0,68
Hulha Negra	6.043	3.134	2.909	0,64
Jaguarão	27.931	1.826	26.105	0,70
Morro Redondo	6.227	3.579	2.648	0,70
Pedras Altas	2.212	1.444	768	0,64
Pedro Osório	7.811	510	7.301	0,67
Pelotas	328.275	22.082	306.193	0,73
Pinheiro Machado	12.780	2.996	9.784	0,66
Piratini	19.841	8.271	11.570	0,65
Rio Grande	197.228	7.799	189.429	0,74
Santa Vitória do Palmar	30.990	4.100	26.890	0,71
Santana da Boa Vista	8.242	4.519	3.723	0,63
São José do Norte	25.503	8.120	17.383	0,62
São Lourenço do Sul	43.111	18.874	24.237	0,68
Turuçu	3.522	2.035	1.487	0,62

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2010.<sup>11</sup>

Estes dados do Território nos apresentam um panorama da área de abrangência da AEFASUL, região na qual se insere o município de Canguçu, onde se evidenciam fatores de conformação histórica, socioeconômica e cultural que referendam a escolha do município como sede dessa Associação.

<sup>11</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 11 ago 2020.

Ao mesmo tempo, cabe fazer referência ao fato de que, assim como ocorreu em diferentes municípios do Território Zona Sul, a estrutura fundiária de Canguçu também ficou marcada pela desigualdade no acesso e no uso da terra.

Na década de 1970, a Revolução Verde trouxe seus reflexos para o município. Novos fatores contribuíram para a transformação na organização dos processos de produção agrícola, com a introdução da modernização da agricultura, ocasionando mudanças tecnológicas nem sempre positivas. Alguns agricultores aderiram a este processo; outros não conseguiram participar deste modelo. Outros ainda – estimulados pelo Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia (CAPA) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – deram início à discussão sobre um modelo “alternativo” de produção agrícola, atualmente reconhecido como agroecológico. Outro fator que provocou mudanças na estrutura produtiva foi a implantação das indústrias de conservas, localizadas no município de Pelotas. A partir delas, muitas empresas e agricultores do município passaram a investir neste ramo de produção. Ainda neste mesmo período as indústrias fumageiras iniciaram sua inserção na região, com pacote tecnológico em que incluía assistência técnica, garantia de compra do fumo, seguro agrícola e financiamento para o custeio e investimentos.

Mais recentemente, configurou-se uma característica hoje marcante do município de Canguçu: trata-se da presença de diversos assentamentos de Reforma Agrária. De acordo com Davi (2005)<sup>12</sup>, é no cenário marcado pela pecuária extensiva e grandes projetos de silvicultura e, por outro lado, pelos inúmeros estabelecimentos da Agricultura Familiar, com pequenas propriedades voltadas para produção diversificada de alimentos, que se instalam os assentamentos de Reforma Agrária no município. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Canguçu possui 16 assentamentos, sendo eles: Arroio das Pedras, Boa Fé, Quikuiu/Bom Jesus, Colônia São Pedro, Doze de Julho, Guajuviras II/Novo Amanhecer, Herdeiros da Luta, Da Costa/Mãe Terra, Nova Conquista, Nova Esperança, Nova Sociedade II, Palmeira/Perseverantes na Luta, Pitangueiras/Sem Fronteiras, Renascer, Salso e União.

No município de Canguçu há também um número significativo de comunidades remanescentes de quilombos, totalizando 16 comunidades certificadas, de acordo com a Fundação Cultural Palmares: Armada, Bisa Vicente, Boqueirão, Cerro da Boneca, Cerro das Velhas, Cerro da Vigília, Estância da Figueira, Favila, Faxinal, Filhos dos Quilombos, Iguatemi, Manuel do Rêgo, Maçambique, Passo do Lourenço, Potreiro Grande, Santa Clara e Arredores.

Este contexto gerou uma conformação específica, conferindo à Canguçu a denominação de município com maior número de minifúndios da América Latina. Atualmente,

---

<sup>12</sup> DAVID, César de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Canguçu conta com uma área de 3.525 km<sup>2</sup> e uma população total de 53.259 habitantes, dos quais cerca de 63% (33.565 habitantes) residem no meio rural (IBGE, 2010). No entanto, observa-se uma redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar e do pessoal ocupado ao longo dos últimos anos, se compararmos os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Em 2006 foram registrados 8.773 estabelecimentos e 23.711 pessoas ocupadas na agricultura familiar. Já em 2017, esses números caíram para 6.691 e 17.462 respectivamente, Uma redução de 23,73% dos estabelecimentos e 26,35% no número de pessoas ocupadas o que equivale a uma redução de mais de 2 mil propriedades e mais de 6 mil trabalhadores rurais em pouco mais de dez anos. Esse movimento acontece não só em Canguçu, que é representativo dessa problemática, mas em todo o Território Zona Sul do RS, conforme Tabela 2

**Tabela 2** – Estabelecimentos da agricultura familiar e pessoal ocupado dos municípios que compõem o Território Zona Sul do RS

<b>Municípios</b>	<b>Estabelec. da agricultura familiar 2006</b>	<b>Estabelec. da agricultura familiar 2017</b>	<b>Pessoal ocupado na agricultura familiar 2006</b>	<b>Pessoal ocupado na agricultura familiar 2017</b>
Aceguá	530	1.445	475	1.008
Amaral Ferrador	884	2.649	913	2.450
Arroio do Padre	486	1.666	400	1.095
Arroio Grande	560	1.097	682	1.540
Candiota	648	1.785	434	1.248
Canguçu	8.773	23.711	6.691	17.462
Capão do Leão	142	301	118	269
Cerrito	838	1.681	471	948
Chuí	23	64	45	87
Cristal	548	1.488	443	1.195
Herval	911	1.923	862	1.847
Hulha Negra	868	2.421	998	2.422
Jaguarão	440	795	355	737
Morro Redondo	651	1.600	369	916
Pedras Altas	378	1.020	310	816
Pedro Osório	117	232	62	161
Pelotas	3.216	10.370	2.444	6.245
Pinheiro Machado	1.158	2.316	827	1.763

Piratini	2.252	5.037	2.043	3.985
Rio Grande	901	2.390	556	1.314
Santa Vitória do Palmar	1.337	2.947	1.304	2.613
Santana da Boa Vista	439	780	251	535
São José do Norte	1.807	5.120	1.359	3.731
São Lourenço do Sul	3.811	12.285	3.334	10.777
Turuçu	395	1.363	333	837
<b>Total</b>	<b>32.113</b>	<b>86.486</b>	<b>26.079</b>	<b>66.001</b>

Fonte: IBGE Censo Agropecuário, 2006 e IBGE Censo Agropecuário, 2017.

Em contrapartida, evidencia-se o avanço da monocultura, representado pela expansão da área ocupada com lavouras de soja. Segundo o IBGE (Censo Agro,2017), a área ocupada com produção de soja em Canguçu, cresceu cerca de 400% entre 2006 e 2010, partindo de 7.500 ha para 37.620 hectares. Ao mesmo tempo, tem-se a ascensão de Canguçu ao título de maior produtor de tabaco do Brasil. Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil -AFUBRA, o município colheu 22,5 mil toneladas na safra 2018/2019. Embora o cultivo do tabaco tenha como base as pequenas propriedades, e por consequência a Agricultura Familiar, este tem sido um dos responsáveis pela redução da diversidade produtiva no município. Os próprios dados do Censo Agropecuário de 2017 - IBGE, demonstram que, conforme a cultura do tabaco avança no município, outras atividades, principalmente a produção de alimentos, vêm sendo reduzidas. É o caso do feijão que despencou de 6.000 ha colhidos em 2006 para 1.450 ha em 2017, da batata inglesa que reduziu de 1.000 ha para 400 ha, e do milho que reduziu a área colhida de 24.500 ha para 16.000 no mesmo período.

É ainda importante trazer para a justificativa da oferta educacional a qual se refere esse PPC questões relativas ao grau de escolaridade da juventude brasileira. De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE,2019), no Brasil um em cada quatro jovens não estuda nem trabalha. Trata-se de um contingente de 10,9 milhões de brasileiros, entre 15 e 29 anos.

O levantamento do IBGE mostra ainda que 49% da população brasileira entre 25 e 64 anos não havia concluído o ensino médio em 2017. A taxa é ainda maior se isolada a população preta ou parda: 61,2% não concluíram o ensino médio, contra 45,6% dos brancos.

Ressalta-se, ainda, o que está determinado em legislação sobre a obrigatoriedade do ensino entre 4 e 17 anos. A alteração está na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) realizada por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. A partir dessa regulamentação, torna-se oficial a mudança feita em 2009 na Constituição por meio da

Emenda Constitucional nº593. Pelo que ela determina, temos educandos/as do meio rural que necessariamente devem estar nas escolas. No entanto, uma parcela de jovens rurais opta por interromper o estudo por conta da “urbanização” da educação, que não lhes oferece a possibilidade de qualificação do fazer agrícola, o qual, muitas vezes, é seu interesse fundamental.

De acordo com o 1º artigo da LDBEN (9.394/96) “a educação é o conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pela escola, pelo movimento social”, e acrescenta: “toda educação escolar terá de vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Está aí a marca do empenho e do objetivo, não só do trabalhador do campo, como também do trabalhador em Educação do Campo.

Neste contexto, o Curso Técnico em Agroecologia em questão visa atender a uma demanda de desenvolvimento rural para as famílias da Agricultura Familiar e camponesa, incluindo famílias assentadas de Reforma Agrária, quilombolas, indígenas e demais povos do campo da região sul do RS. Isso, a partir de uma formação que privilegie o trabalho como princípio educativo e que esteja atenta à viabilização da sucessão familiar, desde que garantida a qualidade de vida da juventude do campo.

E, dado o compromisso do Curso com os princípios da Educação do Campo, da Pedagogia da Alternância e da Agroecologia, o processo formativo que oferece está centrado na discussão de um projeto educativo e de sociedade que visa à qualificação do modo de produção da existência dos sujeitos da Agricultura Familiar e camponesa e, desta forma, com toda sociedade brasileira.

### **3.3 - Objetivos**

#### **3.3.1 - Objetivo geral**

Capacitar, prioritariamente, jovens rurais e residentes em municípios do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul como Técnicos de Nível Médio em Agroecologia, na forma integrada.

#### **3.3.2 - Objetivos específicos**

- Possibilitar acesso à formação que articula conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos específicos com o mundo do trabalho e com o cotidiano dos/das educandos/as, suas famílias e suas comunidades;

- Proporcionar conhecimentos tecnológicos, possíveis de serem aplicados nas propriedades familiares e comunidades de forma ética, tomando por base as políticas de sustentabilidade ambiental e seus significados nas relações humanas;
- Contribuir para a mudança do modelo tecnológico adotado no campo, bem como para a compreensão das possibilidades de desenvolvimento rural sustentável com base na Agroecologia, no contexto da região sul do Rio Grande do Sul;
- Elevar o nível de escolarização técnica de nível médio no campo, contribuindo com a produção Agroecológica e a sustentabilidade das comunidades;
- Formar agricultores/as que venham fortalecer as comunidades rurais abrangidas pelo curso, criando e recriando tecnologias sociais apropriadas para a Agricultura e Pecuária Familiares;
- Contribuir no resgate e no fortalecimento das formas de organização coletivas e solidárias para a produção e reprodução da vida no campo;
- Qualificar a convivência social e o diálogo da escola com os/as agricultores/as, de forma a contribuir para sua permanência no campo e sua qualidade de vida;
- Desenvolver a compreensão sobre a importância da Agricultura Familiar, especialmente aquela baseada nos princípios da Agroecologia, para a produção de alimentos saudáveis, manutenção do equilíbrio no meio ambiente, a soberania alimentar e a valorização e resgate do conhecimento das famílias agricultoras.

#### **4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO**

O público alvo deste curso são, preferencialmente, jovens rurais que atuem ou pretendam atuar na organização da produção, da cooperação, da assistência técnica e em ações de preservação ambiental, vinculadas à Agroecologia. É condição para acesso ao Curso que o candidato tenha concluído o ensino fundamental ou equivalente. O processo seletivo para ingresso possuirá edital próprio que será divulgado nas comunidades, entidades, associações, instituições e demais espaços articulados com a agricultura familiar da região sul do RS.



## 5 - REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Seriado
Turno de Oferta	Integral – regime de alternância
Número de vagas	25
Regime de Ingresso	Anual

## 6 - DURAÇÃO

Duração do Curso	3 anos e meio
Prazo máximo de Integralização	7 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	3654 horas
Carga horária em disciplinas eletivas	-
Estágio Profissional Supervisionado	400 horas
Atividades Complementares	-
Trabalho de Conclusão de Curso	-
<b>Carga horária total mínima do curso</b>	<b>4054 horas</b>
Optativas	-

## 7 - TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, incluindo estágio, o/a educando/a receberá o diploma de Técnico em Agroecologia.

## 8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

### 8.1 - Perfil profissional

O Técnico em Agroecologia implanta sistemas de produção agropecuária e agroextrativista e técnicas de sistemas orgânicos de produção. Realiza procedimentos de conservação do solo e da água. Organiza ações integradas de agricultura familiar, incluindo ações cooperativas e da economia solidária. Desenvolve ações de conservação e armazenamento de matéria-prima, de processamento e industrialização de produtos ecológicos. Presta assistência técnica a propriedades rurais, empresas públicas ou privadas.

Realiza atividades de extensão rural e pesquisa. Opera equipamentos agrícolas inerentes ao sistema de produção agroecológico. Atua na certificação agroecológica.

### **8.1.1 - Competências profissionais**

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o/a educando/a venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

- implantar sistemas de produção agropecuária e extrativista e técnicas de sistemas orgânicos de produção;
- realizar procedimentos de conservação do solo e da água;
- organizar ações integradas de agricultura familiar, cooperativismo rural e economia solidária;
- desenvolver ações de conservação e armazenamento de matéria-prima, de processamento e industrialização de produtos ecológicos;
- prestar assistência técnica a propriedades rurais, empresas públicas ou privadas;
- realizar atividades de extensão rural e pesquisa;
- operar equipamentos agrícolas inerentes ao sistema de produção agroecológico;
- atuar na certificação agroecológica.

### **8.2 - Campo de atuação**

O/a egresso/a do curso estará apto a atuar de forma interdisciplinar em:

- Propriedades rurais;
- Empresas comerciais agropecuárias;
- Estabelecimentos agroindustriais;
- Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa;
- Parques e reservas naturais;
- Cooperativas e associações rurais;
- Empresas de certificação agroecológica;
- Empresas de certificação orgânica;

## 9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 9.1 - Princípios metodológicos

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os processos de ensino e de aprendizagem privilegiados pelo Curso Técnico em Agroecologia contemplam estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, no que tange a seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos/das egressos/as no mundo do trabalho.

A organização curricular, privilegiada pelo Curso de Agroecologia, visa garantir o processo de ensino e de aprendizagem que considera o respeito à cultura do grupo, a valorização dos diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento, por meio de vivências de práxis, dos saberes adquiridos no Tempo Escola e no Tempo Comunidade<sup>13</sup>, por meio da Pedagogia da Alternância.

A alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, proposta para o desenvolvimento do processo formativo do Curso Técnico em Agroecologia é semanal.

Os conhecimentos a serem desenvolvidos ao longo do curso estruturam-se em conhecimentos gerais e específicos, e integram as três etapas letivas, perpassando todo o processo formativo de forma equitativa entre os três anos do curso.

Neste propósito, os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelam-se à formação geral do estudante, de forma transdisciplinar, isto é, por meio de um processo educativo articulado aos conteúdos e saberes locais, regionais e globais, garantindo livre trânsito entre um saber e outro.

As metodologias adotadas valorizam as práticas problematizadoras, as práticas do diálogo, o protagonismo dos sujeitos e a participação da comunidade. Para tanto, as estratégias formativas estruturam-se através de diferentes instrumentos pedagógicos, a seguir mencionaremos os principais:

---

<sup>13</sup> *Tempo Escola e Tempo Comunidade*, também chamados de *Sessão Escola e Sessão Comunidade* são as denominações que identificam os períodos em que os estudantes permanecem alojados na Escola e os períodos em que permanecem com a família e suas comunidades.

- Plano de Estudo: Constitui o principal instrumento pedagógico na articulação entre família e escola, conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Através do Plano de Estudo, as potencialidades da Alternância se valorizam, tornando-se a grande fonte de reflexão, problematização e interferência sobre a realidade. Ele é um caminho de mão-dupla: um que leva os conhecimentos da cultura popular/comunitária para a escola e outro que é responsável por levar para a vida cotidiana as reflexões aprofundadas na escola. No início e final de cada ano, são definidos os temas geradores que serão o fio condutor dos Planos de Estudos a serem desenvolvidos em casa ou na comunidade. No final de cada Tempo Escola os/as educadores retomam o Plano de Estudo, promovendo a motivação dos/das educandos/as sobre o tema proposto e orientando os/as jovens na elaboração do roteiro da pesquisa a ser desenvolvida no Tempo Comunidade.
- Colocação em Comum: Constitui-se quando, ao retornar da família, a/o jovem traz a pesquisa do Plano de Estudo. Primeiramente, é feita a socialização do Plano de Estudo entre educadores e educandos/as e, em seguida, a equipe de educadores aprecia o trabalho de cada um. A partir da Colocação em Comum, constrói-se uma síntese com a contribuição do que cada educando/a trouxe de sua pesquisa no Tempo Comunidade. Os/as educadores acompanham e facilitam o processo para que haja participação efetiva de todos os/as jovens. Além disso, provocam o debate, problematizam o tema e levantam os pontos de aprofundamento nas aulas e disciplinas. Após a Colocação em Comum a equipe de educadores promove uma reunião pedagógica quando, orientados pelo Plano de Formação, buscam os conteúdos de cada área do conhecimento/disciplinas que podem contribuir para o aprofundamento das questões levantadas sobre o tema em estudo. É a construção da interdisciplinaridade.
- Caderno da Realidade: Nele são registrados os conhecimentos sobre a realidade e decorre da necessidade de sistematizar a pesquisa desenvolvida. No Caderno de Realidade a/o jovem registra as suas reflexões e estudos aprofundados. É o elemento que permite a sistematização da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. “Lugar” onde ficam ordenadas as informações e experiências realizadas em casa e na escola.
- Caderno de Acompanhamento: É um meio de comunicação entre a escola e a família. Com ele, a família se compromete no processo formativo, acompanhando e orientando seus filhos sobre o que deve ser realizado durante a semana que permanece em casa. Através do Caderno de Acompanhamento, a família informa-se sobre o que ocorreu na escola, inclusive avaliação de convivência, habilidades práticas e aprendizagem. Por outro lado, o Caderno de Acompanhamento traz informações sobre a vida em casa

comprometendo mais os/as educandos/as na realização de suas tarefas e atividades comunitárias.

- Rodas: São espaços para discussão, reflexão e resolução de questões sobre situações do cotidiano. Momento onde todos/as se reúnem em roda – educandos/as e educadores/as. As rodas acontecem três vezes ao dia: antes do café da manhã, antes do almoço e antes da janta e nelas são tratadas questões positivas ou negativas do cotidiano, transmitidos avisos, colocadas demandas ou trazidos outros assuntos de interesse coletivo.
- Coletivos de Trabalho: Os/as educandos/as se organizam em pequenos grupos com o objetivo de manter a estrutura física da escola, a limpeza e a organização dos ambientes. O planejamento geral dessa organização acontece no início de cada ano letivo, através de uma roda de conversa com os/as educandos/as e os/as educadores/as e, no início de cada Tempo Escola, é organizado o revezamento nas áreas pelas quais cada grupo ficará responsável. Essas áreas são: cozinha, quartos, banheiros, área agrícola, sala de aula, entre outros.
- Tutorias: Cada educando/a tem um/uma educador/a Tutor/a, responsável por acompanhar o cotidiano desse/a educando/a, orientar o desenvolvimento dos Planos de Estudos e Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e fazer a interlocução com a família. A partir dessa metodologia, cada educador/a tem um grupo pequeno de educandos/as para orientar, o que permite um suporte individualizado, a partir das particularidades de cada um/uma.
- Intervenções Externas: Consiste em palestras, cursos, seminários, oficinas realizados a partir dos Planos de Estudos. Servem para complementar o tema. São convidados agricultoras e agricultores, familiares de estudantes, técnicos ou profissionais que tenham algo a contribuir, a partir de suas experiências pessoais e profissionais. A formalização e conceitualização dos temas a partir dos conteúdos disciplinares são enriquecidas com as visitas e intervenções. O/a educando/a é levado/a a articular o conhecimento pessoal e comunitário com os conhecimentos de outros profissionais, os conhecimentos sistematizados em livros e outras referências teóricas e o conhecimento dos/das educadores. Viagens e Visitas de Estudo: Têm por finalidade levar os/as educandos/as a observarem a prática em ambientes diferentes daqueles em que vivem e do ambiente da escola, seja no campo profissional seja do social. Visa o conhecimento de novas realidades e de novas práticas, o confronto com realidades diferentes da sua, proporcionando intercâmbios de informações e experiências no campo profissional e social. As visitas são motivadas pelo Plano de Estudo. É uma forma de complementar o tema em estudo e mais uma estratégia de aprendizagem, que utiliza experiências externas à escola.

- Serões: Acontecem no turno da noite e se constituem em um tempo reservado para ampliação e reforço de conhecimentos que estejam sendo trabalhados, bem como discussões sobre temas pertinentes à etapa formativa dos/das educandos/as. Essas discussões podem se configurar como grupos de estudos, leituras dirigidas, cine debates, rodas de conversa, com ou sem a participação de convidados externos, dentre outras atividades.
- Viagens e Visitas de Estudo: Têm por finalidade levar os/as educandos/as a observarem a prática em ambientes diferentes daqueles em que vivem e do ambiente da escola, seja no campo profissional seja do social. Visa o conhecimento de novas realidades e de novas práticas, o confronto com realidades diferentes da sua, proporcionando intercâmbios de informações e experiências no campo profissional e social. As visitas são motivadas pelo Plano de Estudo. É uma forma de complementar o tema em estudo e mais uma estratégia de aprendizagem, que utiliza experiências externas à escola.
- Mutirões: A AEFASUL compreende os mutirões como práticas formativas fundamentais, assim, organiza e realiza mutirões entre as famílias dos/das educandos/as e famílias parceiras da Escola. A partir das visitas, que incluem parcerias com extensionistas e pesquisadores, são levantadas demandas por parte das famílias e traçado um plano de trabalho a contemplar as demandas das famílias. Os mutirões são pensados em conjunto com o/a estudante, sua família e técnicos parceiros.
- Visitas às Famílias: Atividade desenvolvida pelos/pelas educadores no meio familiar do/da educando/a, com o objetivo de aproximar a escola da família e das comunidades, assim como, facilitar o conhecimento sobre a realidade do/da educando/a e criar condições para o estabelecimento do diálogo entre educadores e pais e entre pais e filhos, proporcionando discussões e entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo dos jovens, sobre questões técnicas e sobre questões pedagógicas da escola. Visam, ainda, comprometer a família no acompanhamento do/da filho/a durante a permanência em casa, de forma que eles se comprometam como educadores durante este período de aprendizagem no meio.
- Projeto Profissional do Jovem: Ao iniciar seus estudos na AEFASUL, o/a jovem será orientado/a a construir o seu Projeto Profissional. É o instrumento através do qual o/a educando/a irá aplicar o resultado das pesquisas dos Planos de Estudo, buscando conhecer melhor a realidade socioeconômica, cultural, política e profissional regional. Esse Projeto será um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, que gere trabalho e renda para o/a jovem, preferencialmente, na propriedade familiar.

Há ainda, instrumentos pedagógicos importantes, utilizados no cotidiano do Tempo Escola, em especial, as Rodas, os Serões e os Coletivos de Trabalho.

Nos Coletivos de Trabalho os estudantes se organizam em grupos a fim de manter a estrutura física da escola, a limpeza e a organização dos ambientes. O planejamento geral dessa organização acontece no início de cada ano letivo através de uma roda de conversa com os estudantes e os educadores e a cada Tempo Escola é organizado o revezamento nas áreas pelas quais cada grupo ficará responsável no próximo Tempo Escola. Essas áreas são cozinha, quartos, banheiros, área agrícola, sala de aula, etc.

Os serões acontecem à noite e se constituem em um tempo reservado para ampliação e reforço de conhecimentos que estejam sendo trabalhados, bem como discussões sobre temas pertinentes à etapa formativa dos estudantes. Essas discussões podem se configurar como palestras, rodas de conversa, com ou sem a participação de convidados externos, cinedebates, dentre outras atividades.

As chamadas Rodas, são um espaço para discussão, reflexão e resolução de questões sobre situações do cotidiano. Momento onde todos se reúnem em roda – educandos e educadores –, as Rodas acontecem três vezes ao dia: antes do café da manhã, antes do almoço e antes da janta e nelas são tratadas questões positivas ou negativas do cotidiano, transmitidos avisos, colocadas demandas ou trazidos outros assuntos de interesse coletivo.

## **A dinâmica da Alternância**

### Durante o Tempo Escola

Ao finalizar um período na escola (uma semana), a equipe de educadores organiza, junto ao grupo de educandos/as, a motivação a partir do Plano de Estudo. Em pequenos grupos e com a orientação dos/das educadores/as, os/as educandos/as preparam um guia de pesquisa para ser realizada junto à família, na comunidade ou noutro espaço definido pelo grupo.

### Durante o Tempo Comunidade

Este é o momento de imersão na realidade de relações diversas, incluindo-se as de trabalho. Estimulado pelo roteiro de pesquisa o/a educando/a busca construir o retrato de

sua realidade, da forma como é realizado o trabalho e do espaço onde a pesquisa estiver sendo realizada. Questiona sua prática, questiona as formas como se dão as relações – de gênero, culturais, étnicas, sócio-ambientais, econômicas. Dessa forma constrói, pela observação da prática concreta, a sua compreensão sobre o mundo do trabalho e da produção da vida, que será articulada ao conhecimento técnico-científico.

### De volta ao Tempo Escola

No retorno à Escola, a primeira atividade é a Colocação em Comum quando, numa roda de conversa, o/a educando/a apresenta e compartilha com sua turma e educadores/as os resultados da pesquisa realizada no Tempo Comunidade, interpretando e questionando o que foi observado. Reflete sobre os desafios que a prática profissional e as relações observadas no meio apresentam, buscando alternativas para qualificá-las. Este momento deve proporcionar ao/à jovem condições para que, individualmente e em grupos, encontre soluções para o conjunto de problemas que identificou com base nos conhecimentos tecnológicos, de gestão e de relações interpessoais de que dispõe, a partir do conhecimento sócio-histórico, ético-político e técnico-científico que a escola trabalha.

Na Pedagogia da Alternância o aprendizado está baseado na ação concreta, que pelo seu ritmo promove uma atuação crítico-reflexiva. Esse movimento leva o/a jovem a construir novas posturas e novas compreensões, possibilitando que passe a ser o agente transformador do seu meio.

Nessa metodologia, a escola deixa de ser a agente que repassa o saber acumulado, tornando-se a agente que interage continuamente com a realidade do/da educando/a, investigando e buscando compreender os fenômenos de sua realidade, atuando como mediadora na construção do conhecimento.

## **9.2 - Prática profissional**

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o curso privilegia metodologias problematizadoras que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os/as educandos/as atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.



Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviço da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao trabalho o *status* de principal princípio educativo, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Agroecologia assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Técnico em Agroecologia traduz-se curricularmente por meio de: aulas teóricas e práticas, desenvolvidas tanto no espaço escolar como em propriedades de referência em Agroecologia e em instituições de ensino e pesquisa da região; pesquisas individuais e coletivas; mutirões, visitas de estudos, estágios de vivência e outras atividades integradoras que proporcionam a articulação entre teoria e prática, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, destaca-se a realização do Projeto Profissional do Jovem - PPJ, a ser desenvolvido no terceiro ano letivo no Curso, conforme a Matriz Curricular. Merece destaque, também, o incentivo para que os/as educandos/as participem de eventos, palestras, oficinas, dias de campo, seminários, congressos, cursos e outras atividades complementares, com o objetivo de qualificar sua formação profissional.

### **9.2.1 - Estágio profissional supervisionado**

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizado, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso Técnico em Agroecologia contempla o estágio obrigatório (Estágio Profissional Supervisionado) acrescido à carga horária mínima estabelecida para o Curso, tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do/da egresso/a, cujas atividades visam proporcionar inserção em outros espaços profissionais e de trabalho que não sejam os da Unidade de Produção Familiar do/da educando/a, podendo ser realizado em mais de um espaço profissional.

O Estágio Profissional Supervisionado terá duração mínima de 400 horas, distribuídas em duas etapas. A primeira etapa é desenvolvida em propriedades de referência em Agroecologia. A segunda etapa poderá ser realizada em órgãos públicos como Secretarias Municipais de Agricultura, de Meio Ambiente, de Turismo e de Educação, em instituições de pesquisa ou de extensão rural, em cooperativas e associações com atuação na área da agricultura e da Agroecologia.

O Estágio Profissional Supervisionado só poderá ser realizado a partir da conclusão do 3º período letivo. Isto deve-se ao fato de que o estudante permanece alojado na escola em semanas alternadas e nas semanas que permanece com a família necessita desenvolver junto a ela e a sua comunidade pesquisas definidas pelo Plano de Estudos, as quais compõem seu processo formativo.

O estágio curricular será obrigatório para a conclusão do curso Técnico em Agroecologia, bem como para que o/a educando/a obtenha o título de Técnico em Agroecologia.

A modalidade operacional do Estágio Profissional Supervisionado no Curso de Agroecologia encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do referido Curso.

### **9.2.2 - Estágio não obrigatório**

No Curso Técnico em Agroecologia prevê-se a oferta de estágio não obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

### **9.3 - Atividades Complementares**

O Curso Técnico em Agroecologia não prevê a oferta de atividades complementares, por já estarem as mesmas inseridas dentro da normalidade do curso e da Pedagogia da Alternância.

### **9.4 - Trabalho de Conclusão de Curso**

O Curso Técnico em Agroecologia não prevê a realização de Trabalho de Conclusão de Curso, optando pelo Estágio profissional supervisionado.

#### **9.5 - Matriz curricular**

Em anexo.

#### **9.6 - Matriz de disciplinas eletivas**

O curso não oferta disciplinas eletivas.

#### **9.7 - Matriz de disciplinas optativas**

O curso não oferta disciplinas optativas.

#### **9.8 - Matriz de pré-requisitos**

Não se aplica.

#### **9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes**

Não se aplica.

#### **9.10 - Matriz de componentes curriculares à distância**

Não se aplica.

#### **9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia**

Vide programas das disciplinas.

#### **9.12 - Flexibilidade curricular**

O Curso Técnico em Agroecologia implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. Acredita-se que a flexibilização contribui para a formação dos itinerários de estudos, para maior articulação teoria-prática (práxis),

estimulando o protagonismo dos sujeitos envolvidos, respeitadas suas particularidades. Possibilita a formação integrada à realidade cultural, econômica e social, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a vivência de percursos formativos interdisciplinares, enfatizando a autonomia intelectual desejável à aprendizagem contínua e à formação permanente.

A proposta de formação do Curso Técnico em Agroecologia traduz esses princípios em suas opções epistemo-metodológicas, visto que nela, além da contribuição advinda das atividades orientadas no Tempo Comunidade, há diversas outras atividades como seminários, dias de campo, participação em eventos, visitas técnicas e participações externas.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos/das discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do/da educando/a.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

### **9.13 - Política de formação integral do/a educando/a**

*“Nosso método é uma forma de pensamento, uma maneira de encarar a realidade, e abordar as ciências do que se vive, de estimar aquele que aprende de forma diferente enquanto aluno e, ao mesmo tempo, de considerar o meio profissional, técnico, humano, como suporte dos programas de formação.”*

*(André Duffaure apud GIMONET, 2007, p. 19)<sup>14</sup>.*

Na Pedagogia da Alternância substitui-se a pedagogia plana por uma pedagogia com dimensões no espaço e no tempo. Os papéis dos atores do processo ensino aprendizagem se modificam. O/a “alternante” não é mais um/uma aluno/a em uma escola costumeira e sim um/uma cidadão/cidadã inserido em um determinado contexto de vida e em um território. Sua família é convidada a participar ativamente da vida da escola. Os/as educadores/as, orientadores/as educacionais, profissionais de apoio técnico-administrativo passam a desempenhar papéis mais amplos no processo de ensino-aprendizagem do que aqueles desempenhados nas escolas tradicionais. Todos estes atores são chamados a atuar, a cooperar, a complementar-se nas suas diferenças.

---

<sup>14</sup> GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFAs**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR, 2007.

A eficiência da Pedagogia da Alternância está ligada diretamente à qualidade relacional existente entre todos estes atores para que se possa programar as atividades e os instrumentos pedagógicos específicos deste método. Isto posto, observa-se que é intrínseco ao método adotado o trabalho de formação integral do/da educando/a, tendo sempre como princípios norteadores:

- ética;
- raciocínio lógico;
- capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade;
- estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora;
- integração com o mundo de trabalho.

#### **9.14 - Políticas de apoio ao estudante**

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos/das educandos/as, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida escolar.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Tutorias;
- Visitas às famílias dos/as educandos/as;
- Serviço de apoio pedagógico e educacional;
- Oficinas temáticas para complementação de estudos;
- Apoio à participação em eventos como feiras, dias de campo, seminários, entre outros, relacionados com a área de formação do Curso.

### **9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão**

Compreende-se que a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão está na base de um processo educativo emancipatório, que possibilite a formação integral dos/das educandos/as, o desenvolvimento do senso crítico-reflexivo e a capacidade de intervenção na realidade social em que estão inseridos/as.

Nesse sentido são incentivadas, no Curso Técnico em Agroecologia, iniciativas que possam complementar e aprofundar os conhecimentos construídos em sala de aula, além de contribuir na compreensão das problemáticas sociais, econômicas, culturais e ambientais que perpassam a realidade vivenciada pelos/as educandos/as, suas famílias e comunidades.

Para além das aulas teóricas, o Curso promove atividades práticas na Área de Produção Agrícola Pedagógica da escola, visando à realização de experiências com diferentes cultivos e técnicas de produção orgânica e agroecológica, assim como mutirões, vivências e visitas de estudos em propriedades referência em Agroecologia, cooperativas, associações e outras instituições com atuação na área de formação do Curso.

Nesse sentido, cabe destacar o Plano de Estudos, já mencionado, e que compõe os três anos de formação, através do qual os/as educandos/as desenvolvem pesquisas semanais, junto as suas famílias e comunidades, com o objetivo de articular os saberes da prática, acumulados historicamente por seus familiares e vizinhos com os conhecimentos acadêmicos oferecidos pelo Curso.

Ainda, os/as educadores/as poderão submeter projetos de ensino, pesquisa e extensão aos editais de fomento, tanto do IFSUL como de outras agências, ampliando as oportunidades de iniciação científica e de realização de atividades de extensão ofertadas aos/às educandos/as.

As ações empreendidas no sentido da articulação entre ensino, pesquisa e extensão deverão ser planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas pela Coordenação do Curso, em conjunto com o corpo docente da AEFASUL e com os/as educandos/as, de forma participativa.

### **9.16 - Política de inclusão e acessibilidade do estudante**

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do/da educando/da na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE do IFSUL, o articulador destas ações, juntamente com a equipe de educadores do Curso Técnico em Agroecologia;

II - gênero e diversidade sexual e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED do IFSUL;

III - diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI do IFSUL.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Agroecologia, forma integrada, considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica, e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referências legais apresentadas, o Curso Técnico em Agroecologia assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organizacionais específicos,

para atender às necessidades individuais dos/das educandos/as. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos/das educandos/as e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos/as educandos/as com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos/das educandos/as com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos/às educandos/as com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

## **10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES**

Atendendo ao que dispõe o Art. 41 da LDB 9.394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do/da educando/a;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos superiores de Graduação, mediante avaliação do/da educando/a;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.



Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional Inicial e Continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso/a definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Coordenação do Curso.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do/da educando/a.

No processo deverá constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11 - PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

### **11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva que a inclui como etapa da construção do conhecimento, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do/da educando/a e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do/da educando/a em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos/das educandos/as e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação de conhecimentos e habilidades dos/das educandos/as.

No âmbito do Curso Técnico em Agroecologia, a avaliação do desempenho dos estudantes será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, tais como: Cadernos de Acompanhamento; Cadernos de Realidade; trabalhos de pesquisa, individuais e coletivos; seminários; participação nas discussões propostas em sala de aula; atividades práticas desenvolvidas na área agrícola pedagógica; provas e outras possibilidades de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional, estando de acordo com o seguinte sistema de registro:

<b>Sistema de Registro da Avaliação</b>		
<input type="checkbox"/> Nota	<input checked="" type="checkbox"/> Conceito	
Nº de etapas: ( ) única   ( ) 2   <input type="checkbox"/> 3   <input type="checkbox"/> 4	Número de escalas:	
Arredondamento ( ) 0,1   <input type="checkbox"/> 0,5	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 4
	A: aprovado; NA: não aprovado.	A, B, C: aprovado; D: não aprovado.

A partir do sistema de registro apresentado, que tem por base a utilização de conceitos, as avaliações dos/as educandos/as serão expressas por meio de pareceres descritivos, elaborados por cada disciplina/área do conhecimento. Além disso, cada educando/a receberá um parecer geral, construído pelo coletivo de educadores/as em Conselho Pedagógico, contendo observações de caráter qualitativo e com o objetivo de contribuir na sua trajetória acadêmica, profissional e de vida.

## **11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso**

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo

acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pela coordenadoria de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa organizada pela Coordenadoria, o Curso Técnico em Agroecologia levanta dados sobre a realidade escolar por meio de instrumentos de autoavaliação dos/as educandos/as e rodas de conversa e avaliação conjunta entre educandos/as, educadores/as e coordenação do Curso, com o auxílio de ferramentas e dinâmicas de grupo, tais como a Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

Soma-se a essas avaliações formativas e processuais, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## **12 - FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO**

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-Reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

A Coordenadoria do Curso de Agroecologia é composta pela Coordenação do Curso (exercida por servidor do IFSul) e pelo conjunto de educadores vinculados à EFASUL, IFSul e outras instituições parceiras. Participam da Coordenadoria do Curso de Agroecologia todos os educadores que, além de atuarem junto aos estudantes nas atividades pedagógicas curriculares, tiverem atuação através do conjunto dos instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância, como serões, visitas às famílias, monitorias, visitas técnicas, orientação de PPJ's e supervisão de estágio. Cabe a essa Coordenadoria a elaboração e revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

## **13 - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

### **13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica**

A função de coordenação geral será exercida por servidor docente do IFSUL, eleito pelo conjunto de educadores que compõem a Coordenadoria do Curso Técnico em Agroecologia, com disponibilidade de carga horária adequada à função a desempenhar.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do pessoal docente e supervisão pedagógica fica a cargo da AEFASUL, podendo haver a participação de docentes do IFSul e de outras instituições parceiras atuando como educadores junto ao Curso de Agroecologia, estando seu ingresso condicionado à aprovação pela Coordenadoria do Curso.

### **13.2 - Pessoal técnico-administrativo**

A AEFASUL é responsável pela contratação e manutenção do pessoal técnico-administrativo que desenvolve as atividades de secretaria, preparo de refeições, serviços gerais, manutenção da área de produção agrícola e monitoria.

Por seu turno, o IFSul é responsável pelo provimento de pessoal técnico-administrativo para o desenvolvimento de atividades referentes aos registros acadêmicos e demais registros e procedimentos vinculados às demandas da PROEN e PROAP, como Assistência Estudantil, pesquisas, cadastros, elaboração e publicação de editais, execução de recursos recebidos como dotação orçamentária destinada à AEFASUL, entre outras questões administrativas. São também providos pelo IFSul os serviços de transporte, aquisição, disponibilização e registros referentes a material de consumo, bem como serviços de manutenção predial.

## 14 - INFRAESTRUTURA

### 14.1 - Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e estudantes

O Curso em Agroecologia é desenvolvido na sede da AEFASUL, localizada no Centro de Treinamento de Agricultores – CETAC – da EMATER/ASCAR de Canguçu. Nesse espaço acontecem as atividades de Tempo Escola, com sala de aula, alojamento, refeitório, agroindústria e área de produção agrícola.

Inaugurado em 1996, o CETAC dispõe de uma área de 48,9 hectares. Nesse espaço foi cedido em 2016, à Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul – AEFASUL, um prédio de 571,43m<sup>2</sup> de área construída, além de aproximadamente dois hectares de área para produção agrícola. O prédio dispõe de duas salas, uma destinada a secretaria e outra a sala de educadores; três dormitórios coletivos; banheiros; uma sala de aula e uma cozinha, além de espaço para refeitório. Também está à disposição para uso da escola auditório, área para prática desportiva e lazer.



Área CETAC – Canguçu





Área para prática desportiva



Área externa CETAC



Área externa CETAC



Auditório



Auditório



Prédio AEFASUL





Área para produção agrícola AEFASUL



Área agrícola AEFASUL: SAF, estufa e bioconstrução





Secretaria



Sala educadores



Sala de aula



Dormitório



Banheiros

#### **14.2 - Infraestrutura de Acessibilidade**

Tanto a Escola quanto as instalações para o alojamento dos/das educandos/as têm um único pavimento, contando com rampas nos desníveis internos e externos e banheiro adequado a portadores de necessidades especiais.

#### **14.3 - Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso**

A AEFASUL dispõe de Laboratório de Informática, instalações para prática de Agroindústria e área para produção agrícola. Também dispõe de videoteca e biblioteca com acervo atualizado, além de dispor de laboratórios de análise vegetal e biológica através de acordo com a Embrapa. As demais atividades práticas e de pesquisa são realizadas na EMBRAPA Clima Temperado, em instalações de outras instituições parceiras e nas Unidades de Produção Agrícola Familiar dos/das educandos/as.